



Brasília, 06 de março de 2023.

CAMPANHA SALARIAL EMERGENCIAL 2023 GOVERNO CONFIRMA REUNIÃO 07/03 - MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

Na terça-feira, 28/02, ocorreu a segunda reunião de negociação sobre o índice de recomposição salarial dos Servidores Públicos Federal MNNP. Sérgio Mendonça, secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) solicitou mais tempo para avaliar e apresentar nova proposta para as entidades representativas dos servidores públicos federais. Por solicitação de representantes das entidades se dispôs a avaliar a possibilidade de uma reunião no dia 03 de março, antecedendo a já agendada para o dia 07. A primeira, não foi confirmada sob a alegação de insuficiência de tempo para disponibilizar a proposta referendada pela representação do governo. Na reunião, Mendonça mudou a dinâmica de funcionamento da mesa de negociação. O governo "convidou" para a reunião, além das entidades representativas que compõem os Fóruns (FONASEFE e FONACATE), diversas entidades de servidores públicos federais que não atuam nos Fóruns e com direito a fala. Embora a metodologia tenha sido ruim, Mendonça abriu a possibilidade de debater a ampliação do orçamento, conforme defendido pelas entidades do FONASEFE. Segundo o secretário, será realizado um diálogo entre os ministérios da área econômica para repensar e apresentar nova proposta às entidades, já na próxima reunião. A Direção Nacional da FASUBRA, em conjunto com as entidades do Fórum dos Servidores Públicos Federais, têm insistido na ampliação do orçamento para que haja um percentual maior de recomposição salarial, do que foi proposto pelo governo, esse debate é fundamental, uma vez que as entidades já haviam apresentado na reunião anterior estudos que comprovam a existência de outros recursos que podem ser utilizados para complementar o montante de R\$ 11,2 bilhões a ser utilizado para recomposição salarial e equiparar os auxílios aos de outras categorias do serviço público federal. Cabe lembrar que essa peça orçamentária é de 2022 e que a proposta enviada ao congresso pelo governo anterior, não contemplava reajuste para os servidores públicos do poder executivo. A FASUBRA e as demais entidades que compõem o FONASEFE realizaram, naquele período, diversas reuniões com o relator Marcelo Castro, MDB-PI para conseguir verbas no orçamento para a recomposição salarial. Junto a esse movimento, foi apresentada a proposta de reajuste do salário do Judiciário e do Legislativo, a partir destas ações houve a inclusão de 11,5 bilhões, aprovado em dezembro/22, que antes haviam sido destinados para reestruturação da carreira da Polícia Rodoviária Federal. A DN FASUBRA entende que a Campanha Salarial Emergencial, nesses pouco mais de quarenta dias de governo Lula, e com a realização de duas mesas da MNNP abriu o processo de negociação, mas é necessário acelerá-lo, em virtude da situação que se encontra a categoria. Porém, é importante ter tranquilidade para não fechar o acordo que possa gerar prejuízo aos SPF. A Direção Nacional FASUBRA, também aponta a necessidade do governo avançar nos demais pontos da pauta como: A revogação dos Decretos, Portarias e Instruções Normativas que prejudicaram os servidores públicos federais e a imediata abertura das mesas específicas de negociação (**VEJA A NOTA DO FONASEFE pág. FASUBRA**) Nesse sentido é fundamental manter a pressão junto ao governo por mais verbas para a recomposição salarial e também para a recomposição dos auxílios, no patamar das outras categorias do serviço público federal. Para a reunião do dia 07 de março, o governo tem que trazer uma nova proposta que avance do patamar apresentado, considerado insuficiente pelas entidades que representam os servidores públicos. A campanha do FONASEFE **QUEREMOS MAIS!**, chama a atenção para que o



governo reconheça o papel dos SPF que defenderam o estado durante os últimos quatro anos de ataques ao serviço público. A reunião com o governo acontecerá às vésperas da **Plenária Nacional da FASUBRA, 10 e 11/03**, que será espaço importantíssimo para avaliar a proposta do governo e definir a posição da base da federação para um possível acordo. **A DN FASUBRA orienta as entidades de base a pressionarem os parlamentares em seus estados para que ajudem no processo de sensibilizar o governo e os ministros da Fazenda, de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e outros ministros da área econômica por mais recursos para a recomposição salarial. Orienta, ainda, que as entidades de base da federação nas cidades próximas a Brasília, a participarem da manifestação em frente ao Bloco F, durante a reunião de negociação dia 07/03 às 14h30h, que realizem vigílias, e atividades em conjunto com as demais entidades dos SPF em seus estados. Logo após a reunião de negociação a DN FASUBRA fará uma live sobre a reunião e divulgará nota orientando as entidades de base.**

ENCONTRO NACIONAL DA MULHER TRABALHADORA

A Direção Nacional da FASUBRA, por meio da Coordenação da Mulher Trabalhadora, reafirma a convocação para o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora que será realizado no dia 09 de março de 2023, na UNB - AUDITÓRIO DA FACULDADE DA SAÚDE em Brasília/DF. O encontro terá como pauta os temas Mulheres nos espaços de poder, Organização Social do Cuidado e Ratificação da Convenção 190. O encontro tem como público-alvo as mulheres que estão nas coordenações de Mulheres e/ou integrantes de Grupos de Trabalho (GT) de Mulheres das entidades filiadas à FASUBRA. Mas o convite também é estendido a diretores sindicais que tenham interesse em se apropriar da pauta das mulheres, visando o apoio à luta das companheiras em suas entidades. A Direção Nacional da FASUBRA solicita que os sindicatos enviem os nomes que comporão sua delegação para o e-mail credenciamento@fasubra.org.br. Em breve será disponibilizada a programação do Encontro. A Coordenação da Mulher Trabalhadora destaca que os participantes deverão apresentar o cartão de vacinação contra a Covid-19, com no mínimo 3 doses, e sugere a realização do teste de Covid antes do embarque para Brasília.





FASUBRA PARTICIPA DA REUNIÃO COM O GOVERNO SOBRE A PORTARIA 10.723/22

A Fasubra sindical em conjunto com Sinasefe, Andes, Proifes, Condsef e Fenasps esteve reunida no Ministério da gestão e inovação em serviços públicos para tratar da Portaria 10723/22, que impôs absurdas amarras ao instituto da redistribuição. Pelo governo estavam presentes o Secretário Sérgio Mendonça, a Sec. adjunta Mary, a diretora de relações de trabalho, Edina, a Coordenadora geral de concursos e provimento de pessoal, Paula Penha, a representante da Conjur, Caroline e a representante da Deret, Fabíola. O secretário Sérgio Mendonça deu início a reunião enfatizando que a posição da Ministra Esther Dweck é de agilização na busca de soluções para os impasses impostos por esta portaria. As entidades e o ministério concordam que a portaria inviabiliza, na prática, a perfeita execução do instituto da redistribuição, entendendo este como importante instrumento de gestão. Neste sentido, o secretário reafirmou a disposição do ministério da gestão em revogar a Portaria 10723 e editar um novo instrumento, em atenção ao acórdão 1176/22, do TCU, sanando os impasses que ora discutimos, possibilitando a solução dos processos represados. Em seguida, foram apresentados pelo Ministério os principais pontos considerados na elaboração do novo documento. Houve concordância com 2 pontos muito importantes que tornam viáveis a maior parte dos processos impedidos pela portaria ora em vigor.

1 – Inclusão dos cargos vagos

2 – Limitação da impossibilidade apenas aos casos de existência de concurso público em execução na mesma área e especialidade.

O Ministério considera importante aprofundar a discussão para o estabelecimento de critérios que fundamentam o interesse das instituições nas redistribuições. Ainda permanecem divergências quanto aos requisitos para a concessão de redistribuição, quais sejam: que o servidor não esteja respondendo a PAD ou cumprindo punição de qualquer natureza, que o servidor não esteja em estágio probatório e o cumprimento de um período de carência de 5 anos para que possa solicitar nova redistribuição. Neste último, admitem um período escalonado de carência. As entidades compreendem que a portaria, ora em vigor, extrapola em muito os ditames da legislação (RJU), que rege as relações de trabalho no serviço público. Entendem o instituto da redistribuição como importante instrumento de gestão, no interesse da administração e dos servidores, qualificando o serviço prestado na medida que possibilita adequação dos quadros profissionais e o atendimento das aspirações de seus trabalhadores, sem prejuízo da consecução das atividades diárias. A representante da Fasubra, Marcia Abreu, enfatizou aspectos conjunturais e característicos das instituições que foram ignorados pelo governo anterior com esta atitude autoritária. Por um lado, a vigorosa expansão da rede de universidades e institutos federais criou inúmeras possibilidades e atrativos nas mais diversas instituições, com abertura profissional e acadêmica, até então inexistentes. Infelizmente, por outro lado, a imposição de mais de 20 interventores nas universidades tem possibilitado toda sorte de malfeitos. A utilização de PADs como instrumento de perseguição política e a tentativa de cerceamento das atividades sindicais em diversas instituições têm sido uma constante nas relações internas. Neste sentido, entendemos como muito positivos os avanços obtidos no diálogo sobre esta fatídica portaria 10723, bem como esperamos avançar, ainda mais, na eliminação dos requisitos que dificultam a correta execução do instituto da redistribuição. No final da reunião, as entidades ficaram de encaminhar propostas de mediação dos itens divergentes e o governo, após consulta a Conjur, disponibilizará a minuta da nova portaria que será editada.



PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA DIAS 10 E 11 DE MARÇO - 2023



A Direção Nacional da FASUBRA, para aprovação do Regimento do XXIV CONFASUBRA, também para debater e avaliar a reabertura da mesa nacional de negociação com o governo Lula, a campanha salarial dos SPF. A Plenária Geral Nacional, será presencial, nos dias 10 e 11 de março de 2023, na UNB - AUDITÓRIO DA FACULDADE DA SAÚDE em Brasília/DF. em Brasília-DF. Nesse sentido, a DN FASUBRA orienta as entidades de base a realizarem rodadas de assembleias para escolha de delegadas e delegados. Importante ressaltar que o prazo para que as entidades enviem a documentação para credenciamento termina no dia 02/03/2023. Ressalta, também, sobre a necessidade de que as entidades sigam todas as orientações da OMS, como o uso de máscaras e mantenham distanciamento social. **A DN FASUBRA orienta, ainda, que as entidades enviem passaporte vacinal da delegação com, no mínimo, 3 doses da vacina e que façam o teste de covid-19 antes do embarque para Brasília.** É importante salientar que cada entidade deve observar a situação da saúde de cada delegada ou delegado, para que não haja risco para a plenária e nem para os mesmos. **A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical, será realizada nos dias 10 e 11 de março de 2023, de 8h30 às 17h30, no Auditório da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília - UnB, em Brasília-DF, para deliberar sobre os pontos de pauta:**

1. Informes da Direção Nacional;
2. Análise de conjuntura nacional e internacional;
3. Conselho Fiscal (análise e aprovação das contas da FASUBRA do ano de 2022) **Relatório já encaminhado às entidades base.**
4. Aprovação da proposta de PGD;
5. Aprovação do Regimento do XXIV CONFASUBRA;
6. Outros.



FASUBRA PARTICIPA DA PLENÁRIA NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES

As Frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo e o Fórum das Centrais Sindicais realizaram em São Paulo, na noite desta quinta-feira, 02 de março, um Encontro Nacional visando definir um calendário de mobilização unitária em defesa das classes trabalhadoras. Em cerca de 3 horas de debate, foram apontadas as prioridades que o movimento social brasileiro deve estabelecer. Foi consenso a importância da derrota da extrema direita nas urnas para que se abrisse um novo momento para as lutas sociais no país, com melhores possibilidades de avançar em conquistas democráticas. Entraram na pauta aprovada a revogação das reformas trabalhista, da previdência e do ensino médio. A valorização dos serviços públicos e de quem neles trabalham. A luta pela redução da taxa de juros. Lutas ambientais, antirracistas, feministas, indígenas, pela reestatização das empresas públicas privatizadas, pelo revogação das medidas contra o povo feitas pelo governo Bolsonaro, a luta em defesa do SUS público. Por mais democracia e participação popular nos rumos do país, entre outras.

Confira o calendário de lutas aprovado:

- 08/03 – Dia Internacional das Mulheres
- 14/03 – Justiça por Marielle
- 20/03 – Dia de luta pela redução da taxa de juros
- 01/04 – Dia de luta por punição aos torturadores da ditadura e aos criminosos da extrema direita
- 07/04 Dia Mundial da Saúde
- 01/05 – Dia das trabalhadoras e trabalhadores

DIVULGADA AS TESES PARA O XXIV CONFASUBRA - 18 A 21 DE MAIO - 2023

A Direção Nacional (DN) FASUBRA Sindical, através da Comissão do CONFASUBRA, recebeu a inscrição de 10 teses. As teses versam sobre o temário que fará parte do debate do congresso. A Comissão também realizou o sorteio das teses que segue nesta ordem:

1- MOVIMENTO INDEPENDENTE DO SINDICATO ASSUFOP PELA BASE; 2- TRAVESSIA COLETIVO SINDICAL E POPULAR; 3- RESSIGNIFICAR; 4- COMBATE SINDICAL; 5- UNIR UNIDADE RESISTÊNCIA E LUTA; 6- PSLIVRE PENSAMENTO SINDICAL LIVRE; 7- OUSADIA E LUTA; 8- FRENTE-BASE; 9- POR UMA FASUBRA CLASSISTA UNITÁRIA E DE LUTA TESE CTB; 10- MLC MOVIMENTO LUTA DE CLASSES.

***OBSERVAÇÃO: TODAS AS TESES JÁ SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS NA PÁGINA DA FASUBRA.**

Datas estabelecidas pelo Estatuto e o Regimento Interno, ATENÇÃO aos prazos a serem cumpridos para a realização do XXIV CONFASUBRA.

AÇÃO	PRAZO
SUBMISSÃO DE TESES (*)	DE 18 DE JANEIRO A 16 DE FEVEREIRO



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

DIVULGAÇÃO DAS TESES	17 DE FEVEREIRO
DATA LIMITE PARA ENVIO DE INFORMAÇÕES DO NÚMERO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES NA BASE	28 FEVEREIRO
PLENÁRIA NACIONAL - APROVAÇÃO DO REGIMENTO	10 E 11 DE MARÇO
PERÍODO DE REALIZAÇÃO DE AGs PARA ELEIÇÃO DELEGADAS E DELEGADOS	03 A 28 DE ABRIL
PRAZO PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS COM A FEDERAÇÃO	17 DE ABRIL
XXIV CONFASUBRA	18 A 21 DE MAIO

Temário:

- Conjuntura nacional e internacional; Alteração estatutária; Ataques a categoria: HUs, carreira, aposentados; Democracia nas IFE; Plano de lutas; Eleição da DN e CF.

CALENDÁRIO

MARÇO

03 a 05	24 ^a PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC
07	CAMPANHA SALARIAL EMERGENCIAL SPF 2023 - REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
08	DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES
09	ENCONTRO NACIONAL DA MULHER TRABALHADORA DA FASUBRA
10 e 11	PLENÁRIA GERAL NACIONAL DA FASUBRA
14	JUSTIÇA PELO ASSASSINATO DA VEREADORA MARIELLE FRANCO PSOL/RJ
20	ATO LUTA PELA REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS
21	Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial